

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS002153/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/06/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR029506/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.112953/2023-54
DATA DO PROTOCOLO: 26/06/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE ESTEIO, CNPJ n. 91.099.556/0001-32, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE SIRLON OLIVEIRA RIBEIRO;

E

SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA, CNPJ n. 61.064.838/0004-86, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). CLAUDIA DIAS RAMOS e por seu Diretor, Sr(a). MARTA DESTRO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2024 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **trabalhadorees nas indústrias da construção e do mobiliário**, com abrangência territorial em **Esteio/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO

Fica fixado a partir de **1º de maio de 2023**, o piso salarial na admissão do empregado não qualificado, no valor de R\$ **1.624,47**.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A empresa assegurará aos seus empregados, a **partir de 1º de maio de 2023**, um reajuste salarial de **3,80%(três vírgula oitenta por cento)** incidente sobre o salários nominais de até R\$ 7.420,00 , para os salários nominais a partir de R\$ 7.421,00 haverá um reajuste de **R\$ 281,96** .

Parágrafo Primeiro: O reajuste terá como base de incidência o salário de **30 de abril de 2023**, e corresponde ao período de **1º de maio de 2022 a 30 de abril de 2023**.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS

A empresa poderá proceder descontos na folha de pagamento de seus empregados relativos a: fornecimento de refeições, lanches, convênio médico, contribuições mensais ao sindicato, vales, vale transporte, bônus supermercado, cesta básica, telefonemas particulares, mensalidades do Grêmio Recreativo, promoções realizadas pelo Grêmio, convênios com farmácias, mensalidades do seguro de vida e outros que contenham as devidas autorizações

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SEXTA - QUITAÇÃO

Após cumprido o disposto na cláusula 4ª (Reajuste Salarial), considerar-se-ão integralmente satisfeitas e quitadas eventuais perdas que tenham **ocorrido até 30 de abril de 2023**.

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL

A empresa complementarará, até 90(noventa), dias de afastamento, o salário pago pelo Instituto Previdenciário aos trabalhadores em gozo de auxílio doença ou acidente de trabalho, de maneira que o empregado receba o equivalente a 100% (cem por cento), do seu salário nominal, DEDUZINDO-SE O DESCONTO OBRIGATÓRIO DO INSS, concedendo pelo mesmo período os benefícios correspondentes, exceto Vale Transporte.

Parágrafo único: Para o período de afastamento superior ao definido no caput desta cláusula, ficará a critério da Gerência da Fábrica avaliar e decidir pela manutenção ou não dos benefícios previstos nos termos deste acordo.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA OITAVA - AUXILIO REFEIÇÃO

A empresa manterá um sistema de ressarcimento do custo da refeição que corresponde ao limite máximo de desconto de 2% (dois por cento), do salário nominal do empregado, de acordo com as normas legais pertinentes.

CLÁUSULA NONA - LANCHE OU REFEIÇÃO EM HORAS EXTRAS

A empresa fornecerá lanche ou refeição, gratuitos, aos empregados que forem convocados para trabalhar duas ou mais horas extras.

CLÁUSULA DÉCIMA - CARTÃO ALIMENTAÇÃO

Em razão da presente negociação a empresa fornecerá mensalmente uma CESTA DE ALIMENTOS , cuja composição discutida entre as partes , segue :

achocolatado em pó - 400 g	fuba mimoso -500g	refresco em pó- 30g
açúcar Cristal- 2kg	gelatina -30g	sal refinado -1 kg
arroz agulhinha tipo I - 10 kg 125g	leite condensado tetra pack- 395 g	sardinha em óleo -
atum sólido - 170 g	leite em pó integral -200g	vinagre de alcool -750ml
Biscoito cream cracker- 400 g	leite longa vida integral -2 l	
biscoito maisena- 200g	macarrão com ovos espaguete -500g	
biscoito recheado-125g	macarrão com ovos parafuso- 500g	
cafe extra forte-1kg	maionese- 200g	
creme de leite tetra pack -200g	milho de pipoca -500g	

farinha de mandioca -500g	milho verde -200g
farinha de trigo especial -1kg	mistura para bolo- 400g
feijão carioca tipo 1- 3kg	óleo refinado 900ml - 3 unidades
feijão preto tipo 1 - 1 kg	polpa de tomate-520g

Parágrafo Primeiro: A retirada da cesta será feita pelo trabalhador diretamente no local de trabalho.

Parágrafo Segundo: A composição da cesta poderá ser remanejada ao longo da vigência do presente ACT, para tanto será previamente discutida entre representantes da empresa, comissão de salários e um representante do Sindicato.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXILIO TRANSPORTE-

A empresa descontará, mensalmente, a importância correspondente ao teto de 2% (dois por cento), do salário nominal de cada empregado, como ressarcimento pelo custo do vale transporte, a quem dele fizer uso.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO EDUCAÇÃO

A empresa concederá a importância de **R\$ 273,56 a ser paga com o salário de um dos meses do terceiro trimestre de 2023.**

E a importância de R\$ 273,56 ser paga com o salário de um dos meses do primeiro trimestre de 2024, a título de auxílio educação (em ambos os trimestres), aos seus empregados matriculados no primeiro, segundo e terceiro graus, e que tenham mais de 3 (três) meses de vínculo empregatício.

Para o empregado que estiver cursando terceiro grau ter direito a este benefício, não poderá estar sendo beneficiado pelos parágrafos primeiro, segundo e terceiro desta cláusula.

Não sendo o empregado estudante, admitir-se-á a transferência deste valor para até 2 (dois), dependentes que estejam cursando a pré-escola, primeiro ou segundo grau, mediante comprovação de matrícula.

Parágrafo Primeiro: A empresa assegurará aos empregados, que representem até 5% (cinco por cento) do número de empregados efetivos, o reembolso do valor das mensalidades escolares pagas pelos empregados que estejam fazendo cursos oficiais de segundo grau, referentes a Técnico de Eletrônica, Mecânica e Eletrotécnica, ministrados por colégios oficiais.

Parágrafo Segundo: A empresa reembolsará as mensalidades escolares aos empregados estudantes de nível superior, dos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Eletrotécnica.

Parágrafo Terceiro: A empresa reembolsará 50% (cinquenta por cento) das mensalidades escolares, aos empregados estudantes de nível superior dos cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Economia.

Parágrafo Quarto: Perderá o direito ao benefício descrito nesta cláusula e seus parágrafos, o empregado/estudante que trancar a matrícula ou repetir de ano. Para os casos que ficarem devendo créditos (matérias) as mesmas deixarão de ser reembolsadas.

Parágrafo Quinto: Para a concessão do auxílio educação no que se refere aos cursos indicados nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro desta cláusula, será considerado o interesse da empresa e/ou necessidades específicas de cada área mediante aprovações do Gerente da Fábrica e Diretoria de RH.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

A empresa prestará assistência médica aos seus empregados e dependentes, sem redução do padrão de atendimento do Plano Vigente, com a co-participação dos seus empregados em 20% (vinte por cento), do custo dos exames e consultas.

Parágrafo Primeiro: Nos casos de urgência decorrentes de acidentes, o atendimento médico será feito preferencialmente na clínica e nos hospitais credenciados. Não tendo estas condições de atendimento, o funcionário deverá procurar o socorro mais próximo que atenda às necessidades da urgência, e nestes casos a empresa se responsabilizará pelas despesas efetuadas somente nos 02 (dois), primeiros dias da internação. Findo este período, as despesas correrão por conta do funcionário.

Parágrafo Segundo: A empresa concederá aos seus empregados e dependentes, assistência odontológica, sem redução do padrão de atendimento do Plano vigente, excluindo-se serviços de prótese aos dependentes e ortodontia em geral, com a co-participação dos seus empregados nos custos dos serviços, conforme segue:

-10%(dez por cento), nos serviços que envolvam procedimentos básicos, incluindo tratamento de canal.

-30%(trinta por cento), em casos de necessidade de próteses, exclusivamente para os empregados.

Parágrafo Terceiro: O Sindicato conveniente prestará serviços odontológicos aos empregados da empresa e seus dependentes, a fim de custear o material empregado nos serviços, a empresa pagará até o quinto dia útil do mês subsequente a quantia de R\$ 4.509,35 mediante depósito na

conta da Entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXILIO FARMACEUTICO

A empresa reembolsará aos seus empregados e dependentes, a título de auxílio farmacêutico, 50% (cinquenta por cento), das despesas efetuadas com aquisição de medicamentos, mediante as seguintes condições:

- a) somente serão reembolsadas as despesas geradas por receitas passadas por médicos do convênio de assistência médica, devidamente vistas pelo médico da empresa.
- b) caso o empregado venha a necessitar dos medicamentos fora do horário comercial, o reembolso será devido após o visto do médico da empresa na receita e na nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXILIO ÓTICO

A empresa reembolsará aos seus empregados ou a um dos seus dependentes, a título de auxílio ótico, armação e lentes, até o valor **de R\$ 645,29** desde que indicadas em receita médica.

Parágrafo único: A carência de tempo entre duas compras de lentes corretivas e/ou armação, para usufruir deste benefício, será de 10 (dez), meses

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A empresa se compromete a arcar com 60% (sessenta por cento), do valor do prêmio do seguro de vida em grupo de seus empregados, o qual inclui o seguro de vida do cônjuge, sendo que a totalidade do efetivo da unidade deverá estar segurada.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTENCIA AOS CONTRATOS DE TRABALHO

Em que pese a revogação do parágrafo primeiro do artigo 477 da CLT, pela Lei 13467/2017 as partes ajustam que manterão a assistência sindical em todas as rescisões contratuais, em dias e horários a serem estipulados oportunamente, e com uma sala à disposição na empresa para este fim.

Parágrafo Primeiro: Também pactuam as partes que na admissão dos empregados, a empresa oferecerá aos mesmos a associação ao SINDICATO.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DESPEDIDA/PEDIDO DE DEMISSÃO

A empresa se obriga a liberar seus empregados, integrantes da categoria profissional, que estiverem cumprindo aviso prévio, mediante comprovação da obtenção de novo emprego, pagando-lhe o salário até o dia efetivamente trabalhado, bem como anotando a saída na CTPS e efetuando o pagamento das parcelas rescisórias, no máximo em 48(quarenta e oito) horas.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com os seguintes percentuais:

- a) 60% (sessenta por cento) quando trabalhadas de 2ª feira a sábado.
- b) 120%(cento e vinte por cento) quando trabalhadas em dias de descanso semanal remunerado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONVOCAÇÃO FORA DO EXPEDIENTE NORMAL

O empregado que for convocado em sua casa, para prestação de serviço fora de seu expediente normal, perceberá o valor correspondente a 2 (duas) horas extras, com 120% (cento e vinte por cento), mais o valor do tempo de trabalho, devendo o valor da hora extra trabalhada ser remunerada com os percentuais

pactuados na clausula "Hora Extra".

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS

Mediante necessidade imperiosa, decorrente da demanda de serviço/mercado, o funcionário poderá, ser convocado para trabalhar em dia de domingo ou feriado, desde que observadas as disposições e restrições previstas na CLT e CF, bem como todas as cláusulas deste Instrumento Normativo, em especial quanto ao percentual de adicional de hora extra, 120% sobre a hora normal.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

Nos termos que lhes faculta dos incisos I e XIII DO ARTIGO 611- A DA CLT (inserido pela Lei 13.467/2017) e considerando que o regime de trabalho normal de 6 (seis) dias por semana acarreta maiores despesas e inconvenientes para os trabalhadores, que para a empresa é indiferente o regime de 6 (seis) ou de 5 (cinco) dias de trabalho por semana, desde que satisfeita a carga horária de 44 (quarenta e quatro), horas semanais, as partes estabelecem que a empresa está autorizada a manter o regime de supressão, parcial ou total, do trabalho em 1 (um), dia da semana, com o conseqüente trabalho nos demais 5 (cinco) dias, sob a forma de compensação, observando-se o limite diário de 10 (dez) horas, tudo na forma do contido no artigo 59 - parágrafo segundo e no artigo 413, inciso I da CLT.

Parágrafo único: A revogação do contido nesta cláusula, por seu caráter de estipulação permanente, somente poderá ocorrer em decorrência de expressa disposição em revisões de dissídio coletivo, convenções ou acordos coletivos ou sentenças normativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

A empresa poderá, mediante acordo coletivo de trabalho com o sindicato profissional, implantar o banco de horas, pelo qual o excesso ou redução de horas trabalhadas em um dia seja compensado pela diminuição ou acréscimo de horas de trabalho em outro dia, respeitadas as disposições da Lei 9601/98 e 13.467/2017

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - MARCAÇÃO DO PONTO

Ajustam as partes, que não há obrigatoriedade de marcação no controle de horário do intervalo para repouso e alimentação, sem que isso gere horas extraordinárias

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SISTEMA ALTERNATIVO ELETRONICO

Fica por meio deste Acordo autorizada a adoção pela EMPRESA do " sistema alternativo eletrônico " de controle de jornada de trabalho, nos termos da Portaria n. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego , bem como conforme a estrita observância das disposições a seguir elencadas :

I- Restrições a marcação do ponto;

II- Marcação automática do ponto;

III- Exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada;

IV- A alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado.

Conforme parágrafo Primeiro do Artigo Terceiro adicionalmente, esse sistema alternativo eletrônico para fins de fiscalização, deverá:

I- Estar disponível no local de trabalho;

II- Permitir a identificação de empregador e empregado;

III- Possibilitar, através da central de dados, a extração eletrônica e impressa do registro fiel das marcações realizadas pelo empregado.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS

As férias dos empregados, não poderão ter início no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal (Parágrafo 3 do artigo 134 CLT /alterado pela lei 13467/2017), bem como ajustam as partes que não iniciarão às vésperas de natal e fim de ano.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES, FERRAMENTAS E EPI

A empresa fornecerá gratuitamente aos seus empregados, uniformes, ferramentas e equipamentos de proteção individual, quando exigidos para a prestação dos serviços.

Parágrafo único: É obrigatório o uso dos equipamentos de proteção individual, por parte dos empregados, nas tarefas onde forem exigidos, sob pena das sanções legais.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CIPA

As eleições da CIPA serão realizadas com a fiscalização do Sindicato, observando-se, para tanto, a convocação das mesmas com 60 (sessenta), dias de antecedência, inscrição individual e sem chapas, remetendo-se para o Sindicato a relação dos candidatos eleitos, bem como o calendário das reuniões. Será permitida a participação nas reuniões da CIPA, de um diretor do Sindicato, empregado.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A empresa reconhecerá, obrigatoriamente, a validade dos atestados médicos e odontológicos, fornecidos por profissionais do convênio médico da empresa, INSS, SESI e Sindicato suscitante, desde que apresentados à empresa com 48 horas após a sua concessão e com anuência do Médico do Trabalho da empresa.

Relações Sindicais

Representante Sindical

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DIRIGENTES SINDICAIS

O empregado eleito para Diretor presidente do Sindicato, fica dispensado de prestar serviços à empresa, sem prejuízo de sua remuneração, com os adicionais percebidos no exercício da função e da contagem de tempo de serviço, durante a vigência do presente acordo.

Parágrafo Primeiro: Os diretores sindicais, não afastados de suas funções na empresa, poderão ausentar-se do serviço sem prejuízo salarial, desde que a empresa seja avisada por escrito pelo sindicato com 48 (quarenta e oito), horas de antecedência, obedecidas cumulativamente as condições abaixo:

- a) até o máximo de 01 dia por mês, e
- b) apenas um dos diretores.

Parágrafo segundo: O sindicato obriga-se a possuir um total de, no máximo, 04 (quatro) empregados da empresa como membros titulares e suplentes da sua diretoria.

Comissão de Fábrica

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO E SALÁRIOS

Os membros da Comissão de Negociação serão eleitos, no máximo 4 (quatro), pela Assembleia Geral dos Trabalhadores e, em caso de desligamento durante a vigência do mandato, salvo por justa causa, farão jus a uma indenização correspondente a 2 (dois) salários nominais.

Parágrafo único: Para fins deste Acordo, foram eleitos pela Assembleia Geral, para integrar a Comissão de Negociação e Salários, os seguintes trabalhadores: Fabiano de Paula Rolim, Luciano da Rocha Oliveira, Lenita Elisabete Linck e Robert Clay de Carvalho.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - TAXA NEGOCIAL

A Assembleia dos trabalhadores autorizou a renovação da cláusula pertinente a Taxa Negocial em prol do Sindicato Profissional, conforme limites e critérios abaixo:

As partes tem ciência de que o valor destina-se a ressarcir o trabalho e as despesas da entidade sindical em promover negociação coletiva exitosa, que redundou em benefício financeiro para todos os empregados integrantes da categoria, associados ou não do sindicato.

Tal entendimento está respaldado no princípio constitucional da isonomia, da solidariedade, da boa-fé objetiva da função social da contratação coletiva (incisos II e III do artigo 8º e XXVI do artigo 7º da CF/88, artigos 421 e 422 do Código Civil, assim como artigos 611-A e 611-B da CLT) e amparado no inciso XXVI do artigo 7º da CF/88, que reconhece a negociação coletiva como direito fundamental de todos os

trabalhadores e não apenas dos associados.

Desta feita a empresa descontará mensalmente a importância equivalente a 1,5h (uma hora de meia) dos salários reajustados por aplicação do novo ACT no período de 01/05/23 a 30/04/24 , de todos os trabalhadores ,sócios ou não do Sindicato .

O não recolhimento da importância supra , acarretará à empresa o pagamento de uma multa no valor da quantia descontada dos empregados, acrescida de juros de mora de 2% ao mês ,sem prejuízo da correção montaria.

Fica assinado o prazo de 10 dias para oposição ao desconto, a contar da homologação do presente acordo perante Ministério do Trabalho , o documento de oposição deve ser individual em formulário próprio fornecido pela Secretaria do Sindicato, após o protocolo a Entidade encaminhará o documento em até 24hs para a empresa, a fim de que se abstenha do desconto.

O sindicato se declara responsável pelos valores descontados a título de taxa negocial.

O direito de oposição é inerente a liberdade sindical individual, de modo que eventual interferência da empresa, qualquer que seja: orientação, redação, remessa, entre outros referente a oposição, constituirá conduto antisindical passível de encaminhamento as autoridades competentes.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INDENIZAÇÃO ESPECIAL

Será concedido aos empregados, na hipótese de dispensa sem justa causa, aviso prévio indenizado de 30 dias mais uma indenização especial correspondente a um salário nominal, e unicamente aos empregados que preencherem cumulativamente as condições abaixo:

- a) 40 (quarenta) anos de idade completos; e
- b) 5 (cinco) anos completos de vínculo empregatício ininterrupto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Gozarão de estabilidade provisória, salvo por motivo de rescisão por justa causa:

a) os afastados por doença por período superior a 15 dias, ressalvados os casos equiparados à acidente de trabalho, terão estabilidade de 60 (sessenta dias) após a alta médica.

b) os empregados com mais de 5(cinco) anos de vínculo empregatício ininterrupto, durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores a completar o tempo para aquisição à aposentadoria especial ou o direito à aposentadoria proporcional, nos termos da Lei 8213/91 e legislação complementar, devendo para os casos de aposentadoria especial, apresentar à empresa o formulário DSS-8030 ou PPP, referente aos períodos trabalhados em outras empresas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias seguintes ao completar 24 (vinte e quatro) anos de serviços, sob pena de perda do direito à estabilidade. Adquirido o direito à aposentadoria, extingue-se a estabilidade.

c) a empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto

}

JOSE SIRLON OLIVEIRA RIBEIRO

Presidente

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO
MOBILIARIO DE ESTEIO**

CLAUDIA DIAS RAMOS

Diretor

SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA

MARTA DESTRO

Diretor

SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA

ANEXOS

ANEXO I - ATA ASSEMBLÉIA.APROVAÇÃO ACT

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.